



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE CONCURSO

**CONCURSO PÚBLICO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REABILITAÇÃO
E DEFINIÇÃO DAS REDES ITED E WIRELESS NAS ESCOLAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

(Concurso por Lotes)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ÍNDICE

ARTIGO 1.º IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	3
ARTIGO 4.º LOTES	3
ARTIGO 5.º PREÇO BASE.....	4
ARTIGO 6.º PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	4
ARTIGO 7.º CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	4
ARTIGO 8.º ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS.....	5
ARTIGO 9.º PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	5
ARTIGO 10.º CONCORRENTES	6
ARTIGO 11.º AGRUPAMENTOS.....	6
ARTIGO 12.º DOCUMENTOS DA PROPOSTA	7
ARTIGO 13.º PROPOSTAS VARIANTES	8
ARTIGO 14.º MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 15.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 16.º ABERTURA DE PROPOSTAS.....	9
ARTIGO 17.º PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 18.º LEILÃO ELETRÓNICO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	9
ARTIGO 19.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	10
ARTIGO 20.º RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE PROPOSTAS	10
ARTIGO 21.º AUDIÊNCIA PRÉVIA	10
ARTIGO 22.º RELATÓRIO FINAL	10
ARTIGO 23.º NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO.....	10
ARTIGO 24.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	11
ARTIGO 25.º CAUÇÃO	11
ARTIGO 26.º RESTITUIÇÃO E EXTINÇÃO DA CAUÇÃO	12
ARTIGO 27.º DESPESAS E ENCARGOS	12
ARTIGO 28.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇO A QUE SE REFERE O ARTIGO 5.º	13
ANEXO II - NOTA JUSTIFICATIVA DO PREÇO PROPOSTO.....	14
ANEXO III - MODELOS RELATIVOS À CAUÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 25.º	15
ANEXO IV - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS A QUE SE REFERE O ARTIGO 19.º (FATORES, SUBFATORES E DESCRITORES DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO).....	16
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À EQUIPA TÉCNICA	21
ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO A ADOTAR PARA AS DECLARAÇÕES DE CADA ELEMENTO INTEGRANTE DA EQUIPA TÉCNICA PROPOSTA	22
ANEXO VII - PROGRAMA DE TRABALHOS: LISTA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EM CADA FASE	23
LOTES - LOTES	24



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 1.º | Identificação e objeto do concurso

- 1- O presente concurso público (divisão em lotes) com publicação de anúncio em Jornal Oficial e no Diário da República, determina os termos a que deve obedecer o procedimento, de aquisição de serviços de elaboração de projetos de reabilitação e definição das redes ITED e Wireless de cada escola da Região Autónoma dos Açores (RAA), de acordo com o clausulado e especificações técnicas constantes do caderno de encargos.

Artigo 2.º | Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas / Direção Regional das Obras Públicas, com sede no Largo do Colégio, n.º 4, 9500-054 Ponta Delgada, com o telefone 296 206 200, com o fax 296 283 715 e com endereço de correio eletrónico **drop@azores.gov.pt**.

Artigo 3.º | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas em 09 de fevereiro de 2024.

Artigo 4.º | Lotes

1. Os serviços objeto do procedimento serão divididos pelos lotes discriminados no **Anexo VIII**, tendo por critério a localização geográfica e a complexidade estrutural dos estabelecimentos, agregados e ordenados por blocos, pisos e espaços, nos termos do número seguinte.

2. De acordo com o Anexo VIII, os lotes, objeto do presente procedimento, são os seguintes:

Lotes	Quantidade
Lote 2 – Santa Maria e S. Miguel	52 Estabelecimentos (85 Blocos, 99 Pisos, 1149 Espaços)
Lote 4 – Pico, Faial e S. Jorge	28 Estabelecimentos (37 Blocos, 55 Pisos, 737 Espaços)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 5.º | Preço base

O preço base para a totalidade dos lotes é de **€ 95.530,00 (noventa e cinco mil, quinhentos e trinta euros)**, sendo este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de todos os lotes que constituem o objeto do contrato, sendo que o valor apresentado para preço base da totalidade dos lotes é a soma de todos os preços base de cada um dos lotes:

Lotes	Preço
Lote 2 – Santa Maria e S. Miguel	51.130 €
Lote 4 – Pico, Faial e S. Jorge	44.220 €

Artigo 6.º | Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço de uma proposta para um determinado lote é anormalmente baixo (PAB) sempre que o valor da proposta para esse lote seja 15% ou mais inferior ao preço base desse lote, sendo que o valor considerado como anormalmente baixo para cada lote é:

Lotes	Preço
Lote 2 – Santa Maria e S. Miguel	43.460 €
Lote 4 – Pico, Faial e S. Jorge	37.587 €

Artigo 7.º | Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento tramita, integralmente, na plataforma eletrónica acinGov, utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não por esta plataforma.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma acinGov apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.
3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados nas instalações da Direção Regional das Obras Públicas, sita ao Largo do Colégio, n.º 4, Ponta Delgada, São Miguel – Açores, todos os dias úteis, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. As peças do procedimento estão inteiramente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica acinGov, durante o prazo indicado no número anterior, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os serviços da Plataforma Eletrónica acinGov. A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.

8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica em apreço.

Artigo 8.º | Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.

2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até ao final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto através da plataforma eletrónica.

7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º | Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo anterior sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões na plataforma eletrónica e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 10.º | Concorrentes

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 33.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores e no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na Lei, no programa do procedimento e no caderno de encargos.

Artigo 11.º | Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da presente cláusula.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação a proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da mesma.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 12.º | Documentos da proposta

1. As propostas, para cada lote a que concorre, devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Cadernos de Encargos, elaborado em conformidade com o modelo do Anexo I do RJCPRAA;
- b) Proposta de preço, nos termos do Anexo I ao presente programa de concurso;
- c) Nota justificativa da proposta de preço, identificando os preços de cada fase, em conformidade com o Anexo II;
- d) Memória descritiva com a metodologia proposta para a elaboração do projeto;
- e) Programa de Trabalhos com a programação de atividades e afetação da equipa técnica designada nos termos do Anexo V;
- f) Plano de pagamentos, que identifique as várias prestações que compõem o preço da proposta;
- g) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 2 do artigo 14.º;
- h) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
- i) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem, sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

4. Todos os documentos que constituem a proposta são assinados pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar.

5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração dos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

6. Os documentos da proposta devem ser, obrigatoriamente, redigidos em português.

7. São excluídas as propostas que não apresentem todos os documentos elencados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo ou que não os apresentem em respeito pelas regras definidas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 13.º | Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º | Modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados na plataforma eletrónica acinGov até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica acinGov, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder e assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
9. Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 15.º | Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas deverão ser apresentadas até às 23:59 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial e Diário da República
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade concorrente. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

Artigo 16.º | Abertura de propostas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica AcinGov.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma eletrónica
3. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 17.º | Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 18.º | Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 19.º | Critério de adjudicação

- 1 - A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, por cada lote, na modalidade de multifactor, de acordo com o modelo de avaliação constante do presente programa de concurso.
- 2 - Em caso de empate na pontuação final das propostas serão considerados como fator de desempate os seguintes critérios pela ordem apresentada:
 - a) Maior pontuação no fator “[K2]”;
 - b) Maior pontuação em cada um dos subfactores do fator “[K2.1 e K2.2]” pela ordem pela qual são indicados;
 - c) Maior pontuação no fator “[K1]”;
 - d) Subsistindo o empate, será realizado um sorteio em data e modo a fixar pelo Júri do concurso.

Artigo 20.º | Relatório preliminar de análise de propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas por lote.
2. No relatório preliminar, o júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 21.º | Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 22.º | Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 23.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação por lote é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário do respetivo lote para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para, no mesmo prazo, se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 24.º | Documentos de habilitação

1.O adjudicatário deve apresentar, através do endereço www.acingov.pt, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em alguma das situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do Adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas no artigo 55.º do CCP;
- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.

3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5. Em caso de indisponibilidade da plataforma eletrónica acinGov, o adjudicatário deve enviar os documentos de habilitação para o endereço de correio eletrónico indicado no Artigo 2.º do presente programa, devendo, em qualquer caso, a sua receção ocorrer dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do presente artigo.

6. Em caso de fundada dúvida sobre o conteúdo ou autenticidade das reproduções de documentos apresentadas, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir a apresentação de originais no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica acinGov.

8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

Artigo 25.º | Caução



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

1. Caso a adjudicação recaia sobre proposta cujo preço contratual seja igual ou superior a € 200.000,00 (duzentos mil euros), o adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 2% do preço contratual, nos termos do previsto no 43.º do RJCPRAA e artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional 1/2019/A, de 7 de janeiro.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, no valor definido, em cumprimento do artigo 43.º do RJCPRAA:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo III ao presente programa de concurso;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo III ao presente programa de concurso.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.

Artigo 26.º | Restituição e extinção da caução

No caso de verificar o cumprimento, pelo adjudicatário, de todas as obrigações resultantes do contrato, a entidade adjudicante promove a liberação da caução nos termos do previsto no CCP.

Artigo 27.º | Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação das propostas correm por conta dos concorrentes, assim como as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 28.º | Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos, no Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 20 de fevereiro, na Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2010, de 27 de janeiro, na Portaria n.º 25/2018, de 23 de março, no Despacho Normativo n.º 4/2019, de 31 de janeiro, na Resolução do Conselho do Governo n.º 44/2019 de 29 de março e na restante legislação e regulamentação regional, nacional e comunitária aplicável ao caso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO I
Proposta de preço a que se refere o artigo 5.º

PROPOSTA DE PREÇOS

_____[indicar nome, número de documento de identificação e morada]_____, na qualidade de representante legal de _____
[firma, número de identificação fiscal e sede]_____, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para a “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REABILITAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS REDES ITED E WIRELESS NAS ESCOLAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o objeto do referido contrato, em conformidade com as disposições do presente programa de concurso e com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e respetivo anexo, relativo à totalidade dos lotes, e demais legislação aplicável, nos termos seguintes (*):

- Preço total da proposta para o **Lote n.º 2** : _____ € (_____ euros), a que acrescerá o I.V.A. à taxa legal em vigor, no valor de _____ € (_____ euros), perfazendo o montante total de _____ € (_____ euros);
- Preço total da proposta para o **Lote n.º 4** : _____ € (_____ euros), a que acrescerá o I.V.A. à taxa legal em vigor, no valor de _____ € (_____ euros), perfazendo o montante total de _____ € (_____ euros);

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação em vigor.

_____ [Local], _____ [Data], _____ [Assinatura]

(*) O preço de cada um dos lotes a propor, não poderá em caso algum, exceder o preço base desse lote fixado no Artigo 5.º do presente Programa de Concurso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO II
Nota justificativa do preço proposto

Lote Nr. 2	Preços s/ IVA (€)
I) Estudo Prévio	
II) Projeto de Execução	
III) Assistência Técnica	
<i>Sub-Total =</i>	
Lote Nr. 4	Preços s/ IVA (€)
I) Estudo Prévio	
II) Projeto de Execução	
III) Assistência Técnica	
<i>Sub-Total =</i>	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA S/ IVA =	

DATA: _____

ASSINATURA: _____



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO III
Modelos relativos à caução prevista no artigo 25.º

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ € Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para _____ [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de janeiro. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ [entidade adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____ Em nome e a pedido de _____ [adjudicatário], vem o(a) _____ [instituição garante], pelo presente documento, prestar, a favor de _____ [entidade adjudicante beneficiária], uma garantia bancária/seguro-caução [eliminar o que não interessar], até ao montante de _____ [por algarismos e por extenso], destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 [eliminar o que não interessar] do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros [eliminar o que não interessar] garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante. A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO IV

**Modelo de Avaliação das Propostas a que se refere o Artigo 19.º
(Fatores, subfatores e descritores do critério de adjudicação)**

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifactor, determinando-se esta pela apreciação dos fatores submetidos à concorrência e que a seguir são indicados, devidamente hierarquizados segundo a sua incidência na ponderação:

- K1 – Preço – 40%
- K2 – Qualidade técnica da proposta - 60%

A proposta economicamente mais vantajosa resultará da aplicação da ponderação dos fatores, de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$K = (0,40 \times K1) + (0,60 \times K2)$$

Da aplicação da fórmula anteriormente referida resulta uma pontuação global entre 0 (zero) e 20 (vinte), sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais próxima do valor máximo 20 (vinte).

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada à centésima.

K1 – Densificação do fator “Preço” (40%) e respetiva pontuação parcial

Da avaliação do fator preço, resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte), de acordo com as seguintes fórmulas:

Quando o preço da proposta seja superior ao preço considerado anormalmente baixo:

$$K1 = \frac{(Pb - Pp)}{(Pb - Pab)} \times 14$$

Quando o preço da proposta seja igual ou inferior ao preço considerado anormalmente baixo:

$$K1 = 14 + \frac{6}{(Pab/Pb)^2} \times \left(\frac{Pab - Pp}{Pb}\right)^2$$

Em que:

Pb = preço base

Pp = preço da proposta objeto de avaliação

Pab = preço anormalmente baixo

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada à centésima.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

K2 – Densificação do fator “qualidade técnica da proposta” (60%) e respetiva pontuação parcial

Este fator subdivide-se em dois subfactores, com a seguinte ponderação:

K2.1 – Programa de trabalhos – 50%

K2.2 – Memória descritiva e justificativa do modo de execução do contrato – 50%

A pontuação deste fator (K2) resulta da seguinte fórmula:

$$K2 = (0,50 \times K2.1) + (0,50 \times K2.2)$$

Em que:

K2.1 = a **pontuação** atribuída ao subfator “Programa de trabalhos”, resultante do somatório de todos os valores parciais atribuídos em cada um dos conjuntos de atributos do respetivo descritor.

K2.2 = a pontuação atribuída ao subfator “Memória descritiva e justificativa do modo de execução do contrato”, resultante do somatório de todos os valores parciais atribuídos em cada um dos conjuntos de atributos do respetivo descritor.

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada à centésima.

K2.1 – Densificação do subfator “Programa de trabalhos” (50%):

Para a avaliação deste subfactor será analisada a qualidade, a exequibilidade, escalonamento das atividades principais nos termos definidos no Anexo VII, ao nível das atividades de cada fase, assim como a sua coerência com o indicado na memória descritiva.

O Programa de trabalhos deve ser pormenorizado, com correto e sequencial encadeamento de todas as atividades correspondentes às diversas fases e especialidades do projeto a desenvolver.

A pontuação máxima possível de obter em cada um dos elementos constituintes deste subfactor apenas será atribuída caso a proposta pormenorize cada um dos elementos englobados nos seus descritores, conforme o quadro abaixo apresentado. Caso contrário, nos descritores em sistema binário a pontuação atribuída será de 0 (zero). Nos restantes descritores a pontuação será atribuída de acordo com o estabelecido no quadro referenciado.

A pontuação atribuída resulta do somatório obtido nos vários descritores e está compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

K 2.1 – O programa de trabalhos:		Valores
K2.1.1 – Está apresentado de forma gráfica		0 v 2,0
K2.1.2 – Apresenta uma calendarização semanal ou diária		0 v 2,0
K2.1.3 – indica, pelo menos, todas as atividades principais correspondentes às diversas fases previstas no caderno de encargos, identificadas no anexo VII ao programa de concurso.		0 v 2,0
K.2.1.4	A – Apresenta um correto escalonamento de todas as atividades principais identificadas no Anexo VII ao programa de concurso (respeita as relações de precedência e não apresenta adensamentos ou sobreposições tecnicamente injustificados).	4,0
	B – Apresenta um correto escalonamento de todas as atividades principais (respeita as relações de precedência e não apresenta adensamentos ou sobreposições tecnicamente injustificadas), embora não indique todas as atividades identificadas no Anexo VII ao programa de concurso	3,0
	C – Apresenta, em menos de 1/5 das atividades principais identificadas no Anexo VII ao programa de concurso, falhas no escalonamento (não respeita algumas das relações de precedência e/ou apresenta alguns adensamentos ou sobreposições tecnicamente injustificados)	2,0
	D – Apresenta, em 1/5 ou mais das atividades principais identificadas no Anexo VII ao programa de concurso, falhas no escalonamento das atividades principais propostas (não respeita muitas das relações de precedência e/ou apresenta muitos adensamentos ou sobreposições tecnicamente injustificados)	1,0
	E – Não permite aferir das relações de precedência, adensamentos ou sobreposições das atividades	0
K.2.1.5	A – É totalmente coerente com a memória descritiva e justificativa (as atividades principais identificadas no Anexo VII do programa de trabalhos e o seu encadeamento, estão em conformidade com o descrito na memória descritiva e com o objeto da prestação de serviços)	4,0
	B – Apresenta algumas incoerências com o descrito na memória descritiva e justificativa (as atividades principais identificadas no Anexo VII do programa de trabalhos e o seu encadeamento apresentam algumas falhas na sua conformidade com o descrito na memória descritiva e com o objeto da prestação de serviços - registam-se menos de 5 incoerências)	2,5
	C – Apresenta muitas incoerências com o descrito na memória descritiva e justificativa (as atividades principais identificadas no Anexo VII do programa de trabalhos e o seu encadeamento apresentam muitas falhas na sua conformidade com o descrito na memória descritiva e com o objeto da prestação de serviços - registam-se 5 ou mais incoerências)	1,0
	D – É totalmente incoerente com o descrito na memória descritiva e justificativa e/ou com o objeto da prestação de serviços ou não é possível aferir da sua coerência	0
K2.1.6 – Inclui a afetação de cada um dos elementos integrantes da equipa técnica por cada fase do Estudo/Projeto		0 v 2,0
K2.1.7 - Identifica as etapas chave e o caminho crítico correspondente ao desenvolvimento do Estudo/Projeto		0 v 2,0
K2.1.8 – Indica os prazos parcelares para cada especialidade de cada fase da execução do Estudo/Projeto, bem como os prazos de aprovação da entidade adjudicante das diversas fases, sempre que previsto		0 v 2,0



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

K2.2 – Densificação do subfator “Memória descritiva e justificativa do modo de execução do contrato”
(50%):

Para a avaliação deste subfator será analisada a memória e justificativa do modo de execução do contrato, bem como a sua programação temporal.

A memória descritiva e justificativa deve descrever a situação de referência do existente, incluindo evidências do conhecimento do local da execução do contrato e da natureza da intervenção. A memória descritiva deve descrever os métodos e os meios propostos para a execução do contrato, bem como as ferramentas e tecnologias a utilizar para o cumprimento do mesmo.

A pontuação máxima possível de obter em cada um dos elementos constituintes deste subfactor apenas será atribuída caso a proposta pormenorize cada um dos elementos englobados nos seus descritores, conforme o quadro abaixo apresentado. Caso contrário, nos descritores em sistema binário a pontuação atribuída será de 0 (zero). Nos restantes descritores a pontuação será atribuída de acordo com o estabelecido no quadro referenciado.

Do somatório dos valores parciais atribuídos em cada um dos conjuntos de atributos resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte).

K 2.2 – Memória descritiva e justificativa do modo de execução do contrato:		Valores
K.2.2.1.	A – Revela conhecimento da natureza do contrato, descrevendo e fundamentando soluções técnicas para todas as Fases relativas ao Estudo/Projeto, sendo todas adequadas	6,0
	B - Revela conhecimento da natureza do contrato, descrevendo e fundamentando soluções técnicas para algumas Fases relativas ao Estudo/Projeto, sendo todas adequadas	4,0
	C - Revela algum conhecimento da natureza do contrato, descrevendo e fundamentando soluções técnicas para todas as Fases relativas ao Estudo/Projeto, sendo algumas inadequadas	2,0
	D - Revela algum conhecimento da natureza do contrato, descrevendo e fundamentando soluções técnicas para algumas Fases relativas ao Estudo/Projeto, sendo algumas inadequadas	1,0
	E – Não revela conhecimento da natureza do contrato, não descrevendo as soluções técnicas para as Fases relativas ao Estudo/Projeto e/ou as soluções técnicas relativas ao Estudo/Projeto são todas inadequadas	0
K2.2.2 – Revela conhecimento do local de execução do contrato, demonstrando evidências do reconhecimento efetuado, tais como fotografias originais, levantamentos de campo, entre outros		0 v 2,0
K2.2.3 – Identifica as condicionantes existentes na elaboração do Estudo/Projeto ou a inexistência delas, bem como as respetivas medidas corretivas, incluindo elementos ou normas existentes, que possam condicionar a elaboração do Estudo/Projeto		0 v 3,0
K2.2.4 – Desenvolve e fundamenta as metodologias inerentes à conceção e implementação de cada uma das diversas Fases que fazem parte do Estudo/Projeto		0 v 4,0



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

K2.2.5 – Indica as ferramentas e tecnologia a utilizar na conceção e implementação de cada uma das diversas Fases que fazem parte do Estudo/Projeto	0 v 2,0
K2.2.6– Descreve e justifica as relações de dependência entre as atividades principais identificadas no Anexo VII ao programa de concurso, referentes às diversas Fases que fazem parte do Estudo/Projeto	0 v 3,0



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

NEXO V
Modelo de Declaração Relativa à Equipa Técnica

F _____ (*Identificação dos representantes legais da empresa*), titulares dos bilhetes de identidade ou CC n.ºs _____, na qualidade de representantes legais de _____, tendo tomado perfeito conhecimento das peças do “Concurso Público _____”, declaram, sob compromisso de honra que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e que os técnicos mencionados ficarão afetos a esta prestação de serviços:

Nome do técnico	Nº de identificação da segurança social	Habilitações académicas	Experiência profissional (anos)	Vínculo ao concorrente	Designação dos serviços a prestar

Juntam-se as declarações individuais dos técnicos acima mencionados, preenchidas e assinadas e nos termos do Anexo VI

[*local*], [*data*], [*assinatura*]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO VI

**Modelo de Declaração a Adotar para as Declarações de cada Elemento
Integrante da Equipa Técnica Proposta**

_____ (nome), assumindo a responsabilidade pela especialidade de _____, na equipa técnica proposta pela (nome da empresa) para a elaboração do estudo _____, declara, sob compromisso de honra, que é titular das habilitações literárias e profissionais (ou membro da respetiva organização profissional) exigidas para o exercício da profissão de _____.

Mais declara que concluiu a licenciatura / bacharelato em _____, possuindo experiência profissional de ____anos de experiência na especialidade.

DATA: _____

ASSINATURA: _____



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO VII

Programa de Trabalhos: Lista das Principais Atividades em cada Fase

I) Estudo Prévio

- a) Deslocação aos estabelecimentos, para recolha de dados relativos a aspetos estruturais de construção dos edifícios, (ex. disposição espacial dos espaços, características das paredes e outras barreiras, existência de pontos de abastecimento de energia elétrica, etc.), importantes para o dimensionamento das soluções a adotar.
- b) Definição dos equipamentos ativos e respetiva localização para o cumprimento da exigência de cobertura de sinal e da velocidade tráfego de dados superior a 1Gb;
- c) Elaboração e entrega da memória descritiva com a definição da solução da rede ativa a implementar;
- d) Elaboração de plantas com localização dos equipamentos ativos, com diferenciação dos equipamentos ativos pré-existentes, passíveis de serem reaproveitados;
- e) Elaboração dos mapas de quantidades, e medições detalhadas, dos equipamentos ativos a adotar;
- f) Elaboração do layout do software de simulação da cobertura da rede wireless, onde devem constar os dados de entrada no software que foi usado, nomeadamente as plantas, os “heatmap”, e os materiais e tipos de obstáculo à transmissão do sinal da rede.

II) Projeto de Execução

- a) Elaboração e entrega da memória descritiva com a definição das soluções e dos materiais e equipamentos ativos e passivos a utilizar;
- b) Elaboração e entrega de peças desenhadas com o esquema de princípio das redes de tubagem e de dados a instalar;
- c) Elaboração e entrega de plantas com os caminhos de cabo da rede passiva e com a localização aproximada de todos os pontos de rede e com todos os equipamentos passivos e ativos de rede, diferenciando os equipamentos ativos e passivos pré-existentes e passíveis de serem reaproveitados;
- d) Elaboração e entrega dos mapas de quantidades, e medições detalhadas, de todos os trabalhos e equipamentos necessários à reabilitação/definição das redes ativas e passivas, com a respetiva estimativa de custo da intervenção;
- e) Elaboração e entrega das condições técnicas dos trabalhos a executar e equipamentos a adquirir;
- f) Termo de responsabilidade do técnico do projeto de ITED, bem como Declaração desse técnico atestando que a rede wireless proposta para a escola cumpre a velocidade de tráfego mínimo de 1 Gb.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO VIII

Lotes

Lote 2

Ilha	Concelho	Freguesia	Nr	Nome	Nr. Blocos	Nr. Pisos	Nr. Salas
S. Maria	Vila do Porto	Almagreira	375	EB1/JI de Almagreira	1	2	10
S. Maria	Vila do Porto	Santo Espírito	360	EB1/JI D. António de Sousa Braga, Stº. Espírito	1	1	4
S. Maria	Vila do Porto	Vila do Porto	464	EB1/JI de Vila do Porto	3	2	25
S. Miguel	Lagoa	Água de Pau	244	EB1,2,3/JI de Água de Pau	2	2	64
S. Miguel	Lagoa	Cabouco	475	EB1/JI Dr. Francisco Machado Faria e Maia, Cabouco	2	2	5
S. Miguel	Lagoa	Nª Sra do Rosário	285	EB1/JI Prof. Octávio Gomes Filipe, Rosário	1	2	10
S. Miguel	Lagoa	Nª Sra do Rosário	317	EB2 Padre João José do Amaral (Escola Básica Integrada de Lagoa)	1	2	20
S. Miguel	Lagoa	Nª Sra do Rosário	521	EBS de Lagoa	1	3	72
S. Miguel	Lagoa	Stª Cruz	476	EB1/JI Dr. José Pereira Botelho, Stª. Cruz	1	2	13
S. Miguel	Nordeste	Nordeste	302	EB1/JI de Nordeste	1	2	8
S. Miguel	Nordeste	Nordeste	5544	EBS de Nordeste - Unidade Especializada Socioeducativa	1	1	5
S. Miguel	Nordeste	Salga	490	EB1/JI Manuel Inácio de Melo, Salga	1	2	7
S. Miguel	Ponta Delgada	Candelária	2112	EB1 de Chã de Lomba da Cruz	1	1	5
S. Miguel	Ponta Delgada	Arrifes	209	EB2,3 de Arrifes	6	1	55
S. Miguel	Ponta Delgada	Arrifes	358	EB1/JI Cardeal Humberto Medeiros, Arrifes	3	2	16
S. Miguel	Ponta Delgada	Arrifes	415	EB1/JI Milagres, Arrifes	1	2	20
S. Miguel	Ponta Delgada	Arrifes	478	EB1/JI Eng. José Cordeiro, Arrifes	1	2	13
S. Miguel	Ponta Delgada	Bretanha	5097	EB1/JI João Francisco Cabral, Ajuda da Bretanha (Edifício A)	1	2	6
S. Miguel	Ponta Delgada	Candelária	383	EB1/JI de Candelária	1	1	5
S. Miguel	Ponta Delgada	Capelas	210	Escola Básica Integrada de Vila de Capelas	5	2	67
S. Miguel	Ponta Delgada	Capelas	5541	Jl de Teatro Novo	1	1	4
S. Miguel	Ponta Delgada	Fajã de Baixo	298	EB1/JI Prof. Dr. Alexandre Linhares Furtado, Fajã de Baixo	1	2	29
S. Miguel	Ponta Delgada	Fenais da Luz	5099	EB1/JI Prof. Mariano Marcelino Cabral, Fenais da Luz	1	2	6
S. Miguel	Ponta Delgada	Feteiras	398	EB1/JI Padre José Gomes (Jardim de Infância)	1	2	6
S. Miguel	Ponta Delgada	Livramento	486	EB1/JI de Livramento (edifício B)	3	2	7
S. Miguel	Ponta Delgada	Relva	429	EB1/JI de Relva, Relva	1	2	11
S. Miguel	Ponta Delgada	Remédios	5103	EB1/JI Pe. António Nunes, Remédios	1	2	6
S. Miguel	Ponta Delgada	S. José	343	EB1/JI de São José	1	2	25
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Pedro	235	EB2 Roberto Ivens	6	3	23
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Pedro	240	ES Laranjeiras	1	2	72



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

S. Miguel	Ponta Delgada	S. Pedro	294	EB1/JI de São Pedro	3	2	40
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Roque	514	EB1/JI de São Roque B	1	2	21
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Sebastião (Matriz)	308	ES Antero de Quental	2	2	76
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Sebastião (Matriz)	413	EB1/JI de Matriz, São Sebastião	1	3	36
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Vicente Ferreira	271	Jl de Poços, São Vicente Ferreira	1	1	4
S. Miguel	Ponta Delgada	S. Vicente Ferreira	5100	EB1/JI de São Vicente Ferreira	1	1	9
S. Miguel	Ponta Delgada	Sete Cidades	261	EB1/JI Pe. José Cabral Lindo, Sete Cidades	1	1	15
S. Miguel	Povoação	Furnas	403	EB1,2/JI de Furnas	2	2	36
S. Miguel	Povoação	Nossa Senhora dos Remédios	411	EB1/JI de Lomba de Loução, N. Srª. Dos Remédios	1	2	14
S. Miguel	Povoação	Povoação	251	EB2,3/S Maria Isabel do C. Medeiros (Escola Básica Secundária da Povoação)	2	3	42
S. Miguel	Povoação	Povoação	408	EB1/JI, de Lomba do Botão	1	2	7
S. Miguel	Povoação	Povoação	5606	Centro Pedagógico Lomba do Pomar	1	2	6
S. Miguel	Ribeira Grande	Fenais da Ajuda	393	EB1/JI de Fenais da Ajuda	1	2	8
S. Miguel	Ribeira Grande	Lomba da Maia	500	EB1/JI Prof. Amâncio da Câmara Leite, Lomba da Maia	2	2	12
S. Miguel	Ribeira Grande	Maia	247	EB2,3 de Maia	3	2	65
S. Miguel	Ribeira Grande	Maia	508	EB1/JI Prof. Manuel Jacinto da Ponte, Maia	2	2	11
S. Miguel	Ribeira Grande	Porto Formoso	494	EB1/JI Pe. Dr. Laudalino da Câmara Moniz de Sá, Porto Formoso	2	2	9
S. Miguel	Ribeira Grande	Rabo de Peixe	354	EB1/JI António Tavares Torres, Rabo de Peixe	2	2	10
S. Miguel	Ribeira Grande	Ribeira Seca	254	EB1/JI Madre Teresa da Anunciada, Ribeira Seca	1	2	36
S. Miguel	Ribeira Grande	Ribeirinha	371	EB1/JI da Ribeirinha	1	2	26
S. Miguel	Vila Franca	Água d'Alto	481	EB1/JI Francisco de Medeiros Garoupa, Água d'Alto	1	2	16
S. Miguel	Vila Franca	S. Miguel	502	EB1/JI Prof. António dos Santos Botelho, São Miguel	1	2	31

Lote 4

Ilha	Concelho	Freguesia	Nr	Nome	Nr_Blocos	Nr_Pisos	Nr_Salas
Faial	Horta	Angústias	237	EB1,2 António José de Ávila (Escola Básica Integrada da Horta)	4	3	88
Faial	Horta	Angústias	256	ES Manuel de Arriaga	2	4	102
Faial	Horta	Angústias	338	EB1/JI de Pasteleiro, Angústias	1	2	15
Faial	Horta	Capelo	385	EB1/JI do Capelo e Praia do Norte	1	1	5
Faial	Horta	Castelo Branco	333	EB1/JI de Castelo Branco	1	1	12
Faial	Horta	Cedros	292	EB1/JI dos Cedros	1	2	6
Faial	Horta	Feteira	334	EB1/JI da Feteira	1	2	5
Faial	Horta	Flamengos	284	EB1/JI de Flamengos	1	1	20
Faial	Horta	Matriz	291	EB1/JI da Vista Alegre, Matriz e Conceição, Matriz	1	1	22
Faial	Horta	Pedro Miguel	421	EB1/JI de Pedro Miguel	1	2	7



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Faial	Horta	Praia do Almoxarife	425	Jl da Praia do Almoxarife	1	2	4
Pico	Lajes do Pico	Lajes do Pico	301	EB2,3/S de Lajes do Pico	3	2	46
Pico	Lajes do Pico	Piedade	341	EB1, 2/Jl da Ponta da Ilha, Piedade	1	4	42
Pico	Lajes do Pico	Ribeiras	434	EB1/Jl de Ribeiras	1	1	6
Pico	Madalena	Bandeiras	377	EB1/Jl de Bandeiras	1	1	4
Pico	Madalena	Candelária	265	EB1 Candelária	1	1	4
Pico	Madalena	Criação Velha	388	EB1/Jl de Criação Velha	1	2	5
Pico	Madalena	Madalena	228	EB2,3/S Cardeal Costa Nunes (Escola Básica e Secundária da Madalena)	2	2	90
Pico	Madalena	Madalena	337	EB1/Jl de Madalena	1	1	6
Pico	Madalena	S. Caetano	439	EB1/Jl de São Caetano	1	1	5
Pico	Madalena	S. Mateus	443	EB1 de São Mateus	1	2	4
Pico	S. Roque	Prainha	367	EB1/Jl de Prainha e Sto. Amaro, Prainha de Baixo	1	1	5
Pico	S. Roque	S. Roque do Pico	255	EB2,3/S de São Roque do Pico	3	3	61
S. Jorge	Calheta	Calheta	227	EB2,3/S Pe. Manuel A. Cunha (Escola Básica e Secundária Calheta)	1	4	84
S. Jorge	Calheta	Topo (Nª Sra do Rosário)	252	EB1,2,3/Jl de Vila do Topo	1	2	31
S. Jorge	Velas	Urzelina (S. Mateus)	281	EB1/Jl da Urzelina	1	2	6
S. Jorge	Velas	Velas	249	EB1/Jl das Velas, Velas	1	2	2
S. Jorge	Velas	Velas	304	EB2,3/S de Velas	1	3	50